

REVISTA DE REVISTAS

JÚLIO BARBOSA

REVUE TRIMESTRIELLE DE DROIT CIVIL. Recueil Sirey, Paris, 1951; fundador, A. Esmein; diretor, H. Solus; comité de direção: Julliot de la Morandière, A. Rouast, René Savatier e Paul Esmein.

A conhecida revista francesa apresentou-se, nos seus quatro fascículos do ano de 1951, repleta, como sempre, de matéria selecionada e do mais alto interesse para o direito civil moderno.

O fascículo n.º 1, referente a janeiro-março, trouxe um trabalho de PIERRE ROBINO (*Les conventions d'irresponsabilité dans la jurisprudence contemporaine*), onde é examinada a evolução dos tribunais a respeito do assunto, desde o problema da graduação (ligeira ou grave) das faltas, até o seguro. Assinala-se que "peu à peu la jurisprudence se départit de sa méfiance à l'égard de clauses qu'elle jugeait éminemment dangereuses au triple point de vue moral, économique et social" e que "le danger économique des clauses a paru moins évident lorsque, par le jeu de l'assurance des dommages, les destructions de richesses ont pu ne plus rester sans réparation".

Após opôr reservas quanto à solução, atualmente adotada pelos tribunais, relativa aos transportes ferroviários, ROBINO considera que "le respect de l'intention des parties exige que l'on condamne le clause, qu'elle soit élisive ou simplement limitative, en présence d'une faute lourde", pois há, da parte do devedor, "*une faute caractérisée*", que nada tem "de hasard, et un tel écart de conduite ne peut être exonéré, ne fût-ce qu'en partie, au risque de voir renaître les dangers que comportent les clauses et les justes critiques qu'elles ont suscitées".

Ainda neste fascículo n.º 1 há um trabalho do secretário-geral da Comissão de Reforma do Código Civil francês, R. HOUIN, que apresenta uma síntese dos estudos já realizados, tanto com referência aos métodos gerais que vêm sendo adotados, como também ao plano do Código, à criação de um código geral de direito privado, à teoria da lei, ao direito internacional privado, ao estado e capacidade das pessoas, aos atos jurídicos e contratos e aos regimes matrimoniais e de bens.

O fascículo n.º 2 (abril-junho) contém um belo trabalho de LOUIS BOYER, da Faculdade de Direito da Universidade de Toulouse,

sobre *Les effets des jugements a l'égard des tiers*, onde é estudada minuciosamente a questão nos seus mais variados aspectos, embora modestamente o autor o faça como simples contribuição. Considerando o art. 1.351 do Cód. Civil, ao dispôr que a autoridade das decisões judiciais limita-se às partes, pergunta então o autor: "Ne faut-il pas en conclure qu'à l'égard des tiers le problème est de ce fait résolu? N'est-il pas admis, et cela depuis plus d'un siècle, que le principe de la relativité *inter partes* rend le jugement inopposable à tous ceux qui n'y ont pas été parties?"

A exposição é dividida em duas partes, a primeira das quais busca definir, de modo exato, o princípio da relatividade, analisando a teoria clássica, para, após, ensaiar uma solução onde se procura distinguir o efeito criador do julgamento e o seu valor probatório; na segunda parte é tratada a questão de como assegurar a proteção de terceiros, ao lado da unidade da coisa julgada.

As conclusões de BOYER são as seguintes, sem embargo do próprio autor considerá-las não definitivas, "car un sujet aussi riche est fort loin d'être épuisé": *Distinction entre l'opposabilité absolue du jugement et la relativité de la chose jugée, modification de la conception traditionnelle de la tierce opposition, d'elle-ci devant être reconnue comme le recours de droit commun permettant au tiers d'écarter les décisions le lésant injustement, nécessité de donner au juge un certain pouvoir dans la direction de l'instance pour assurer l'unité de chose jugée*", telles sont les conclusions essentielles de cette étude, celles qui permettent, croyons-nous, de donner une réponse satisfaisante aux principales questions posées par l'effet du jugement à l'égard des tiers".

No mesmo fascículo: *Retraits et préemption*, por DENNIS TALLON.

No fascículo n.º 3 (julho-setembro), ROGER DECOTTIGNIES, da Faculdade de Direito da Universidade de Paris, apresenta um trabalho de interesse evidente: *L'erreur de droit*. De início, o autor expõe a situação do assunto no direito romano, na doutrina francesa e no direito positivo. Em seguida analisa o erro sobre a existência ou a consistência dos direitos e o erro de direito sobre o motivo determinante. Como remate, escreve DECOTTIGNIES: "Empruntant son efficacité à d'autres notions du droit positif, l'erreur de droit n'est pas parvenue jusqu'ici à une vie juridique autonome", dependência esta "a mi-chemin entre la théorie des vices du consentement et la théorie de la cause". Aliás, este estado de interdependência é considerado pelo escritor como de real interesse e de grande sabedoria.

Neste mesmo fascículo CHARLES FREYRIA aborda, sob o título *Les moyens d'éviter, dans les contrats de mariage, les conséquences*

de la dépréciation de la monnaie, um tema de extraordinária importância na atualidade. O autor, preliminarmente, examina as soluções que têm sido propostas (1.ª: "Substitution d'un droit réel au droit de créance"; 2.ª: "Déplacement de la date d'évaluation de la créance"; 3.ª: "L'application de la clause d'échelle mobile"). Adota, então, uma posição francamente pessimista: "Il semble difficile de trouver dans le contrat de mariage la panacée de l'instabilité monétaire en droit matrimonial. Conclusion certes pessimiste, mais qui accuse la nécessité urgente de la stabilité monétaire; malgré son ingéniosité, la pratique, qui peut tempérer dans une certaine mesure le mal, ne saurait émettre la prétension de le guérir!".

Finalmente, no fascículo n.º 4 (outubro-dezembro), F. DERRIDA, da Faculdade de Direito da Universidade de Algéria, disserta sobre *Le maniement des denier par la femme commune en biens*. No sumário do estudo, DERRIDA exprime a importância prática da questão; expõe a solução habitual e sua justificação; estuda as repercussões que vêm ocasionando na matéria a legislação francesa recente; apresenta considerações jurídicas e práticas em favor do reconhecimento do poder da mulher sobre os dinheiros, anotando, no caso, os obstáculos decorrentes da sua natureza, origem e destinação; fala da solução tentada através do instituto da representação, o qual considera insuficiente; tece comentários sobre o poder próprio da mulher com relação à natureza, origem e destinação dos dinheiros.

Após o sumário, o professor algeriano divide o estudo da substância propriamente dita do assunto em dois grandes capítulos: I: a movimentação do dinheiro por representação do marido; II: a movimentação do dinheiro em virtude de poder próprio.

Como sempre, a *Revue Trimestrielle* apresenta, em todos os seus fascículos, secções de bibliografia nacional e estrangeira, jurisprudência e legislação. A jurisprudência é comentada por conhecidos mestres do direito francês: GASTON LAGARDE (pessoas e direito de família), os irmãos MAZEAUD (obrigações em geral e responsabilidade civil), JEAN CARBONNIER (contratos especiais), SAVATIER (sucessões e liberalidades), PIERRE HEBRAUD e PIERRE RAYNAUD (processo).

COLUMBIA LAW REVIEW. — Copyright 1951 by the Trustees of Columbia Law Review, New York, ns. 1-8.

O número de janeiro desta revista americana contém os seguintes artigos:

Employee stock options under the Revenue Act of 1950, por CHARLES S. LYON — Contém dissertação sobre a recente modificação na legislação fiscal federal americana, chamada pelos especia-

listas pelo irônico epíteto "Loop-hole closing and opening act", o que é expressivo...

The work of Leon Petrazhitskii: inquiry to the psychological aspects of the nature of law, por MAX M. LASERSON — Após examinar, sob os mais diversos ângulos, a obra jurídica do escritor russo, o autor do artigo tenta determinar a possível influência, negativa ou positiva, das teorias de PETRAZHITSKII na atual estrutura legal do Estado Soviético, e nos seus escritores. Transcreve um trecho de REZUNOV, tirado do livro *Marxism and the psychological school of law*, que constitui a interpretação ortodoxa do marxismo, a propósito das teorias de PETRAZHITSKII: "... the very notions of emotions of duty, created by PETRAZHITSKII according to all rules of the categorial imperative of KANT, represents the most metaphysical part of idealistic emotional psychology". REZUNOV acusa ainda o autor russo de "solopsism and mystical authoritarianism", surpreendendo na sua teoria intuitiva uma justificação jurídica "for the attack of the Russian bourgeoisie against the feudal state of the Russian landed gentry".

No mesmo número aparecem notas sob os títulos que se seguem: *Limitations on the state judicial interference with federal activities*; *Clear and present danger re-examined*, que trata da repressão legal à atividade comunista; *Transit broadcasting, the problem of the captive audience*; *Income tax consequences of the relocation of employees*; e mais comentários a casos recentes julgados pelos tribunais americanos.

O n.º 2, referente a fevereiro, publica o seguinte:

Harlan Fiske Stone: in defense of individual freedom, por ALPHEUS THOMAS MASON — Trata-se da atividade, exercida pelo "Justice" Stone no *Intelligence Department*, a propósito das razões de consciência como determinantes da recusa em participar da guerra.

Regulation of collective bargaining by the national labor relations board, por DAVID P. FINDLING e WILLIAM E. CORBY.

Some suggestions for the drafting of long term net and percentage leases, por DURAND H. VAN DOREN.

Nota sobre: *Self-incrimination and federal anti-communist measures*, versando sobre a recente legislação repressiva anti-comunista, em confronto com a *Fifth Amendment* da Constituição Federal americana, que assegura ao cidadão o direito de, em casos criminais, não ser testemunha contra si próprio. Como se sabe, os processos americanos contra a atividade comunista dependem, em grande parte, da auto-incriminação dos acusados. A nota é um trabalho, entre centenas, que vêm buscando conciliar a aplicação das medidas anti-comunistas com a *Fifth Amendment* da Constituição

Federal. O problema é, hoje, uma preocupação profunda entre os estudiosos americanos, que vêm se esforçando em obter, na prática, a conciliação entre a segurança e a liberdade.

O n.º 3 (março) apresenta:

Some basic constitutional rights of economic significance, por ROBERT L. HALE — Interessante estudo, girando ainda em torno da oposição-conciliação da segurança com a liberdade. No caso o autor examina a repercussão que o intervencionismo estatal causa sobre direitos constitucionais de conteúdo econômico.

Chief Justice Shaw and the formative period of american railroad law, I — Início de bem lançada exposição sobre a legislação rodoviária americana, estadual e federal. Contém ainda o estudo da questão sob o ângulo da responsabilidade civil.

Notas sobre: *The defense production act: choice as to allocation*, mais uma das variadas questões surgidas nos Estados Unidos concernentes à inelutável necessidade atual de intervenção do Estado nas atividades particulares e, ao mesmo tempo, o propósito de manter intangível a estrutura social e econômica orientada segundo o tradicional critério da "free enterprise"; *Habeas-corpus protection against illegal extraterritorial detention*, assunto de extraordinária importância durante a última guerra mundial; *The residence concept and taxation of foreign income*; e outras notas e casos anotados.

O n.º 4 (abril) contém:

An outline of the nature and methods of experimental jurisprudence, por FREDERICK K. BEUTEL — O autor estuda a possibilidade de serem aplicados no estudo do direito métodos estritamente científicos ou experimentais. Aponta, ao final, as soluções consideradas aplicáveis, nas quais "a jurisprudence as a science of ethical values, norms, and the like, can have no function, in light of the present state of research techniques, other than that a philosophical speculation".

Law, fact, and taxes, por RALPH S. RICE — Síntese de decisões fiscais.

Notas sobre: *Regulation of psychological counseling and psychotherapy*, onde são examinadas as normas legais de proteção contra a atividade profissional ligada ao tratamento clínico psicológico ou psicoterápico; *Taxing corporate distributions of stock or property warrants*; e outras notas de interesse jurídico local.

O n.º 5 é dedicado especialmente ao tormentoso problema legal e político, que é a constante preocupação da grande nação americana: a conciliação entre a necessidade de segurança nacional com a tradicional fórmula das liberdades civis. O dilema levou a Co-

lumbia Law Review a oferecer sua contribuição, que é este n.º 5 da publicação.

O primeiro estudo trata do *The federal employee loyalty program*, escrito por SETH W. RICHARDSON. Nêle o autor faz um extenso comentário sobre a ordem executiva que tomou o número de 9.835, publicada na íntegra (págs. 558-63), destinada a "prescribing procedures for the administration of an employees loyalty program in the executive branch of the government".

Outro trabalho focaliza a mesma situação, mas na Inglaterra: *The english policy as to communists and fascists in the civil service*, por ELEANOR BONTECOU. — Trata-se da solução inglesa do problema. Os textos legais, as instruções, os regulamentos são também publicados na íntegra (págs. 579-86), o que constitui, sem dúvida, importante documento jurídico da atualidade.

Ainda no mesmo número, JAMES MARSHALL assina um artigo igualmente relacionado com os anteriores: *The defense of public education from subversion*. A divisão dos capítulos demonstra a substância do problema abordado: I. *Freedom and education*; II. *Academic freedom and its limites*; III. *The nature of subversion in education*; IV. *The right to inquire concerning a teacher's loyalty*; V. *Oaths*: êste capítulo é de especial interesse, como se verificará pelo seu início: "Federal and state constitutions alike require public officers to take oath of office, to uphold the Constitution of the United States and of their respective states and to support the government against its enemies. In many instances this oath is applicable to public employees generally, including school teachers. There is also generally a provision that the office holder or employee will faithfully discharge duties of his position. There has been a movement in recent years to extend this oath to include denial of membership in the Communist Party or like organization, and a denial of belief in or intention to join in the overthrow of the government by force or violence"; VI. *The matter or proof*, onde se assinala que o "proceeding to remove a teacher is not judicial, but administrative; VII. *Use of school buildings*; e finalmente o VIII, de conclusões, que resumem o intuito do autor: "Education has a central position in our structure of civil rights and freedom. Civil rights and freedom as we understand them are basic means by which in our American culture we handle our hostilities, free our reason from subservience and undue anxiety, and increase our productivity. It is important to us, therefore, that education be uncensored and that teachers be not subject to autocratic controls. Consequently one of our freedoms is academic freedom; but this assume that the teacher himself is free to use his reason to the best of his ability and is neither committed to

the perversion of truth, to the justification of autocracy, to the teaching of hatred, nor to the forceful overthrow of the government. It likewise assumes that students have the right to learn the truth, to have all the facts before them, including the intellectual commitments of their teachers. When these assumptions are not met, a teacher can have no justification in pleading the right to reach in the name of an academic freedom which he himself has corrupted. This should be regarded as the sole exception to the general rules which guarantee freedom of communication and conscience whenever there is no real or present danger. In these days when suppression and counter-suppression weight so heavily the spirits of men, it is important to remind ourselves of the fundamental spiritual forces of our democracy, so that we may not in fear or anger take the exception for the rule".

Consta ainda dêste número um extenso e minucioso relatório sobre a aplicação do *Internal Security Act of 1950* (págs. 606-660), com os respectivos resultados obtidos na prática. Como sempre a preocupação maior é encontrar "a satisfactory resolution of the conflict between the requirements of national security and the preservation of civil liberties".

O n.º 6 da revista (junho) apresenta:

Historical and evolutionary theories of law, por EDWIN W. PATTERSON.

Effect of recognition on the application of private international law norms, por JOHN R. STEVENSON;

The contributions of Judge Irving Lehman to the development of the law, por EDMUND H. LEWIS;

Notas sobre: *Public policy and federal income tax deductions; Transfer to more convenient federal forum; Legal status of unregistered foreign business organizations in Mexico.*

No n.º 7 (novembro):

The subsequent bondholder and the delinquent trustee, por SOL NEIL CORBIN;

Authority and responsibility, por EDMOND S. CAHN;

Chief Justice Shaw and the formative period of American Railroad Law, II — Continuação do n.º 3 da revista.

Notas sobre: *Computations of net profits in contingent compensation arrangements; Reinstatement rights — conversions of an economic strike into an unfair labor practice strike; Executive immunity from judicial power to compel documentary disclosure; Permissible purposes for nonprofit corporations.*

No n.º 8 (dezembro):

The interstate compact and Dyer v. Sims, por FREDERICK L. ZIMMERMANN e MITCHELL WENDELL;

Expenses of corporate proxy contests, por DANIEL M. FRIEDMAN;
Survey of the legal profession — workmen's compensation and the lawyer, por JOSEPH BEAR;

Extraordinary writs in the Supreme Court since Ex Parte Peru, por RICHARD F. WOLFSON;

Compulsory arbitration and the Taft-Hartley Act, por MORRIS D. FORKOSCH.

Notas sobre: *A rationale of the law of burglary; Tolling the statute of limitations on mortgage foreclosures; Calendar congestions in the Southern District of New York*. Todas as três notas apresentam particular interesse para os estudiosos do direito comparado, pois tratam do crime de assalto noturno às residências, do débito hipotecário e do problema da nossa constante intimidade nacional: a congestão dos serviços forenses.

Neste volume consta um caso anotado relativo à aplicação do *Internal Security Act*, onde se decidiu a questão seguinte: "Defendant was indicted for having falsely sworn before a federal grand jury that he had never been a member of the Communist Party. The trial court instructed the jury that it could convict if *from all evidence* it was convinced beyond a reasonable doubt that defendant had *in fact* been a Party member".

HARVARD LAW REVIEW. — The Harvard Law Review Association, Cambridge, Mass., 1951; vol. 64, números 3 - 8 e vol. 65, números 1 e 2.

O número 3, vol. 64, referente a janeiro, contém a seguinte matéria:

Artigos:

Percentage depletion — a correspondence: troca de cartas entre um diretor de uma companhia de petróleo e um professor da Harvard Law School em virtude de ter o último pronunciado um discurso na secção fiscal da American Bar Association (entidade que corresponde à nossa Ordem dos Advogados), onde falou sobre a "gross inequities of the law in favor of the oil and gas interests".

Freedom and internal security, por ARTHUR E. SUTHERLAND, JR. — Extenso e documentado estudo do professor SUTHERLAND sobre o *Internal Security Act* de 1950, sua história legislativa e sua aplicação judicial; seu aspecto constitucional e a larga controvérsia que provocou e vem provocando. Mais um estudo que versa o dilema americano emergente da dicotomia liberdade-segurança: a preocupação principal é manter intactas as liberdades civis e assegurar a segurança nacional.

Debt discount and expense, por RALPH J. BAKER.

Comentários:

Embezzlement by agent of two principals: contribution? por WARREN A. SEAVEY: um caso de peculato; *Elements of foreign exchange practice*, por HENRY HARTFIELD.

Entre as várias notas dêste número consta uma delas, especialmente de larga importância, que diz respeito às modificações econômicas e jurídicas ocasionadas pela mobilização industrial do país. O governo americano promulgou o *Defense Production Act of 1950* para enfrentar a situação. A nota *The exculpatory provision of the Defense Production Act of 1950* trata precisamente dos casos exonerativos da responsabilidade em face da emergência da mobilização econômica e industrial.

Integram o fascículo vários casos comentados, sobre controle judicial dos atos administrativos, falência, conflito de leis, evidência, poderes das cortes federais, estatuto das empresas estrangeiras, imposto sobre a renda, leis trabalhistas, coisa julgada e outros.

O n.º 4, vol. 64, referente a fevereiro:

Artigos:

The positivism of Mr. Justice Holmes, por MARK DE WOLFE HOWE — Artigo polêmico a propósito das idéias filosófico-jurídicas do conhecido jurisconsulto americano.

Income tax controversies with the internal revenue agent in charge, por LEWIS D. SPENCER.

Estate planning — Marital deductions provisions of trusts, por A. JAMES CASNER;

Comentários sobre: *Federal railroad equipment legislations*, por DE FOREST BILLYOU; *Federal guarantee of business loans*, por FRANK D. EMERSON, que trata do financiamento da produção, regulamentado pelo *Defense Production Act of 1950*.

Notas diversas: abuso de patente, controle estatal dos recursos naturais, apelação e outras notas de interesse local.

Entre a jurisprudência comentada há um caso interessante ocasionado por uma lei vigente em New Jersey, que ordena a leitura diária nas escolas, sem qualquer espécie de comentário, de trechos bíblicos constantes no Antigo Testamento. A questão versou sobre a Constituição e os direitos pessoais, e terminou na Corte Suprema. No mesmo número, dois casos de concorrência desleal comentados.

O número 5, vol. 64, referente a março, contém:

Artigos:

Motives affecting form of sales and purchases of business, por J. KEITH BUTTERS e WILLIAM L. CARY;

Recent Legislative trends in defamation by radio, por DONALD H. REMMERS — O autor, adotando a definição de PROSSER (*Torts*, § 93): "Defamation is an invasion of the interest in reputation and

good name, by communication to others tends to diminish the esteem in which the plaintiff is held, or to excite adverse feelings or opinions against him" — passa a estudar a questão relacionada com as transmissões radiofônicas. Examina a legislação estadual recente (Iowa, Montana, Oregon, Wyoming, Colorado e Virginia), compara-as, considera as isenções legais, as transmissões políticas, os possíveis danos causados pela difamação radiofônica, a constitucionalidade da legislação repressiva e a parte propriamente específica do assunto. Conclui adotando a proposta da *National Association of Broadcasters*, que sugere sejam "the principles applicable to torts generally to the tort of defamation", e que a responsabilidade deve ser estrita, "either in all radio defamation situations, or in situations other than those involving political broadcasts".

"Inconsistency" in government litigation, por ROBERT L. STERN — O autor, que é funcionário do Departamento de Justiça americano, expõe a técnica da atividade contenciosa do governo.

On teaching comparative law, por ANGELO PIERO SERENI — Resenha do estudo de direito comparado. O autor bate-se pela sua maior divulgação nas universidades americanas, onde, felizmente, "has now acquired a recognized status and an established position in the curriculum of American law schools".

Neste número há um longo relatório sobre a aplicação do *Labor Management Relations Act*, 1947, mais conhecido por *Taft-Hartley Act*.

Casos anotados sobre falência, *habeas-corpus*, impôsto de renda, seguro e casos fiscais.

O n.º 6, vol. 64, referente a abril, apresenta a seguinte matéria:
Artigos:

The proper law of a tort, por J. H. C. MORRIS.

Federal regulation of private carriers, por FREDERICK M. PORTER.

Reliance upon gratuitous promises or other conduct, por WARREN A. SEAVEY.

Comentários:

Holmes' positivism — an addendum, por HENRY M. HART, JR., e *Holmes' positivism* — a brief rejoinder, por MARK DE WOLFE HOWE: réplica e tréplica, respectivamente, na polêmica sobre o elemento moral na obra jurídica do "Justice" Holmes;

The Blaine Amendment and the Bill of rights, por ALFRED W. MEYERS — Trata-se de um rápido comentário sobre a controvérsia que impera na Corte Suprema sobre a inclusão ou não da 14.ª Emenda Constitucional no corpo integrante da Declaração dos Direitos. A 14.ª Emenda é a seguinte: "... No State shall make or enforce

any law which shall abridge the privileges or immunities of citizens of the United States; nor shall any State deprive any person of life, liberty, or property, without due process of law; no deny to any person within its jurisdiction the equal protection of the laws”.

Comentários variados, destacando-se um concernente à proteção legal das informações mercantis confidenciais, denominadas “trade secrets”.

Jurisprudência variada habitual.

Na parte destinada à revista dos livros, há uma crítica interessante, feita por vários especialistas, sobre uma obra que teve o ambicioso propósito de deslindar em definitivo o problema da delinqüência juvenil na grande nação americana: *Unraveling juvenile delinquency*, por SHELDON e ELEANOR GLUECK. A introdução da obra é comentada por FELIX FRANKFURTER, da Corte Suprema; a parte de criminologia, por MORRIS PLOSCOWE, magistrado em Nova York; a parte de sociologia, por PAUL W. TAPAN, professor da matéria na Universidade de Nova York; a parte de psiquiatria, por MARION E. KENWORTHY, professora de psiquiatria na Escola de Serviço Social de Nova York; o setor de antropologia física, por um especialista clínico da Escola de Medicina da *Western Reserve University*, C. WESLEY DUPERTUIS; o de psicologia, por ROBERT M. LINDNER, também especialista clínico; o das cortes juvenis, por JUSTINE WISE POLIER; o de educação, por HENRY WYMAN HOLMES; a parte de estatística, por EDWIN BIDWELL WILSON, da Escola de Saúde Pública de Harvard.

Como se vê, uma crítica em profundidade, de acôrdo com a importância do livro e do problema:

O n.º 7 da revista, vol. 64, de maio, contém:

Legal limitations on Union discipline, por CLYDE W. SUMMERS;

Requisition at a ceiling price, por ROBERT BRAUCHER — Estudo da indenização devida pelo Estado nos casos de uso público da propriedade privada;

Inroads copyright protection, por MELVILLE B. NIMMER — Notas diversas, entre as quais uma tratando da questão das emprêsas (“corporations”) que lidam com a caridade e manejam quantias fabulosas a êsse título. Outra nota examina, comparativamente, a abrogação judicial das leis obsoletas.

O fascículo traz ainda vários casos comentados, resenha bibliográfica e informações diversas.

O número 8, vol. 64, referente a junho, apresenta:

Judicial review: “Substantial evidence on the whole record”, por LOUIS L. JAFFE;

The reorganization of the Waltham Watch Company: a clinical

study, por JACOB J. KAPLAN, DANIEL J. LYNE, C. KEEFE HURLEY — Curioso trabalho tratando da reorganização de uma tradicional empresa americana que fôra adaptada à indústria de guerra. Os autores do estudo abordam a reconversão da empresa à produção civil, sob o ponto de vista jurídico.

Divisible divorce, por J. H. C. MORRIS.

Comentários sobre: *Due process and the admissibility of evidence*, por T. S. L. PERLMAN; notas diversas e casos recentes das tribunais sucintamente expostos.

O n.º 1, vol. 65, referente a novembro, contém:

Freedom of expression and the function of courts, por ELLIOT L. RICHARDSON — Discussão das decisões de uma Corte de Apelação e da Corte Suprema sobre o famoso caso *Dennis*, um dos lances do grande problema que vem agitando a opinião jurídica americana — as restrições constitucionais à liberdade de expressão. O autor examina longamente as condições em que a liberdade de expressão pode ser restringida, critica a usual apreciação judiciária da fórmula "clear and present danger", estuda a intervenção dos juizes na questão, para concluir, depois de um trabalho realmente magnífico, que a grande responsabilidade para manter inviolada a liberdade de expressão pertence ao legislativo, ao povo e às organizações sociais militantes". "The proper function of courts is narrow. The rest is our responsibility". Termina citando uma frase de BRANDEIS: "The greatest menace to freedom is an inert people".

Powers of appointment act of 1951, por GEORGE CRAVEN.

Comentários:

Charitable gifts of income and the Internal Revenue Code, por ERWIN N. GRISWOLD — Trata das reduções fiscais das contribuições filantrópicas a título de caridade;

Priority rights of preferred and common shares in bankruptcy reorganization, por DE FOREST BILLYOU.

Notas: *The Supreme Court, 1950 Term* — Resenha geral das atividades da Suprema Corte durante o ano de 1950, abrangendo seletivamente setores atingidos em substância pelas suas decisões. O primeiro deles focaliza a atividade do governo (intervenção) no ramo dos negócios (preços, transportes); em seguida, do ponto de vista constitucional, o problema das liberdades civis: as soluções da Corte Suprema no sentido de conjugar o combate à subversão social com a manutenção do esquema constante no *Bill of Rights*. O próprio comentarista acentua que "a most challenging dilemma of recent years has been the conflict between the constitutional right of free speech and the acknowledged right of government to protect itself against the evils which unrestricted speech may foster".

A resenha prossegue com a menção de toda a principal atividade da Corte Suprema com respeito a outras limitações que o Estado vem impondo à ação particular.

Finalmente, trata-se ainda de outra questão em evidência: o programa de lealdade consignado no *Internal Security Act*; da jurisdição federal referente às normas processuais; leis trabalhistas; e enfim uma estatística completa sobre a atividade da Suprema Corte no ano de 1950.

O n.º 2, vol. 65, de novembro, traz:

Divorce Jurisdiction and recognition of divorce decrees — A comparative study — Por ERWIN N. GRISWOLD;

The legislature's relation to judicial rule-making: An appraisal of Winberry v. Salisbury — por BENJAMIN KAPLAN e WARREN J. GREENE.

The uncertain tax treatment of stock redemptions: a legislative proposal — por JOHN S. NOLAN.

Notas sobre: a freqüência escolar nos cursos de direito, por áreas geográficas; *Parole revocation procedures*; *Federal intervention in private actions involving the public interest*; e outras notas, além de vários comentários sobre casos recentes julgados nos tribunais.

REVISTA DI DIRITTO COMMERCIALE. — Casa Editrice Dottore Francesco Vallardi, Milão, 1951.

A tradicional revista italiana, fundada por SRAFFA e VIVANTE, já no seu 49.º ano de existência, e que se publica bimensalmente, contém a seguinte matéria, altamente selecionada e de interesse irrecusável:

O fascículo de n.º 1-2, de janeiro-fevereiro:

Prospettive e limiti dell'unificazione del diritto privato — por GIUSEPPE HAMEL — Comentário sobre o atual esforço nacional e internacional sobre a unificação do direito privado.

Titolo "incompleto" e titolo in bianco — por GIORGIO OPPO. Indispensável estudo sobre o assunto, onde se focaliza, entre outras coisas, a distinção conceitual entre o documento incompleto e o documento em branco e o título incompleto e o título em branco; a formação sucessiva do documento e do título de crédito; formação sucessiva e título incompleto; formação sucessiva e título em branco.

Contratto di giuoco e contratto plurilaterale, por LUCA BUTTARO — Mais um estudo sobre o jogo e seus efeitos jurídicos, agora com referência às apostas coletivas sobre resultados esportivos, e sua conformação legal.

Occhio ai concetti!, por TULLIO ASCARELLI — Ainda sôbre o tema do contrato plurilateral.

I lavori per la riforma dei codici in Francia, por MARIO RONDONI — Resenha sôbre os trabalhos de reforma do Código Civil francês e do Código de Comércio e do Direito das Sociedades.

A revista apresenta importante secção de jurisprudência comentada por conhecidos mestres do direito italiano. São comentários em profundidade que podem ser considerados legítima crítica das decisões colegiadas onde a matéria decidida é deslindada nos seus menores detalhes teóricos, doutrinários, bibliográficos e práticos. Assim é que o prof. RENATO CORRADO apresenta magnífica nota sôbre um acórdão da Côte de Cassação que tem a seguinte ementa: "La ricognizione di debito, di cui all'art. 1988, è negozio processualmente astratto, in quanto sposta l'onere della prova; è negozio materialmente causale, in quanto è privo di effetti, se si provi l'inesistenza del rapporto fondamentale". Além da ementa, consta também o corpo inteiro dos motivos da decisão.

Ainda neste número, notas de ALBERTO BUFFA, *Affrancazio — ne e risoluzione per onerosità eccessiva* — *Prestazione perpetua e aleatorietà del contratto*; RODOLFO SACCO, *La tutela del terzo nel caso di cui all'art. 742 cod. proc. civ.*; MARIO BENEDICENTI, *Combinazione nuova di mezzi noti e risultato industriale*; GASTONE COTTINO, *Azioni di guerra partigiana e responsabilità per fatto illecito*.

Finalmente, resenha bibliográfica sôbre as obras de maior importância.

O fascículo correspondente ao n.º 3-4 contém:

HESSEL E. YNTEMA, *L'unificazione delle leggi sui titoli di credito* — Interessante trabalho do professor da Universidade de Michigan, autor de estudos a respeito.

GIUSEPPE FERRI, *Transformabilità delle società cooperative*.

CESARE GRASSETTI, *Società e consorzi (Una nuova tecnica di abrogazione delle leggi)*.

VITTORIO VITALE, *Contro la personalità giuridica delle società personali*.

ENZO CALABI, *Anticipazioni su merci mediante "trust receipts"*.

GIORGIO LATTES, *Del controllo individuale del socio nelle società a R. L. mancanti di collegio sindacale*.

Notas sôbre acórdãos: GASTONE COTTINO, *Questioni in materia di impossibilità della prestazione*; RODOLFO SACCO, *Culpa in contrahendo e culpa aquilia, culpa in eligendo e apparenza*; TULLIO ASCARELLI, *Liquidazione del debito di valore e debito pecuniario*; NICOLA DISTASO, *Limiti all'acquisto da parte del mandante della titolarità del negozio compiuto dal mandatario*; RANIERO TEDESCHI, *Mutamento dell'oggetto della società per azione o scioglimento?*;

ETTORE FAVARA, *Ancora sul pagamento anticipato della posta scossa.*

O fascículo contém ainda notícia bibliográfica e o necrológio de BRUNETTI, por um dos diretores da revista, ASQUINI.

O fascículo de maio-junho (n.º 5-6):

GIORGIO OPPO, *Titolo "incompleto" e titolo in bianco* — Continuação do artigo iniciado no n.º 1-2. Nas suas conclusões, assevera o autor: "Ritengo quindi che le affermazioni della dottrina dominante sul nostro tema debbano essere invertite non solo sul terreno costruttivo ma anche su quello della disciplina positiva; titolo incompleto e titolo in bianco non si identificano ma si contrappongono anche da questo punto di vista e sia nella disciplina dei rapporti immediati che in quella dei rapporti col terzo acquirente del titolo. Ritengo anche non accettabile, o comunque unilaterale, la proposizione generale che dalla equiparazione combattuta si è ricavata con riguardo alla determinazione del momento in cui devono esistere i requisiti formali; poichè essi sono requisiti essenziali non solo del documento ma dell'atto cambiario, in quanto tali e quindi agli effetti dell'esistenza della (singola) obbligazione cambiaria, essi devono esistere di regola nel momento in cui l'atto è compiuto e non solo nel momento in cui il titolo è fatto valere; praticamente devono esistere nel momento dell'emissione, a meno che l'atto del sottoscrittore non si formi sucessivamente con la (voluta) collaborazione altrui. Dirò di più: come in genere il requisito di forma così i requisiti dell'atto cambiario non solo è necessario ma è sufficiente che esistano nel momento del suo compimento".

O estudo de Oppo é de grande importância, tanto pela autoridade do autor como pelo tratamento que é dado ao assunto.

FRANCO CARRESI, *In tema di difetto e di abuso di rappresentanza;*

FRANCESCO MARIA DOMINEDÒ, *Sul concetto dell'impresa di navigazioni;*

MARIO JANNUZZI, *La ritenzione nei trasporti marittimi e la tutela dei crediti di contribuzioni in avaria comune.*

Jurisprudência comentada sobre as seguintes questões: MARIO DOSSETTO, *Problemi in tema di liquidazione di società;* RODOLFO SACCO, *La continuità della girata;* GASTONE COTTINO, *Nullità od inefficacia di licenziamenti intimati durante il periodo di malattia del lavoratore?*; ALFREDO FEDELE, *Anatocismo e domanda proposta in corso di giudizio. Mora debendi e risarcibilità del danno;* ANTONIO MAZZOLI, *La decorrenza del termine per dichiarare l'abbandono della nave agli assicuratori;* ALBERTO MONTEL, *Ritrovamento*

di cosa rubata, diritto al premio e art. 1153; e DOMENICO R. PERRETTI-GRIVA, *Questioni in tema di condominio*.

O fascículo de maio-junho (n.º 7-8) apresenta:

JEAN BOULANGER, *Il metodo nell'interpretazione giudiziaria* — Relatório apresentado pelo jurista francês, em outubro de 1950, na *Semaine Internationale de Droit*, sob os auspícios da *Association Henri Capitant e Société de Droit Comparé*;

MARIO ROTONDI, *Progetti e discussioni in Italia per la tutela della c. d. proprietà commerciale*;

VITTORIO ANGELONI, *L'assegno bancario a copertura garantita*;

ARIBERTO MIGNOLI, *Invalità di delibere assembleari e diritti dei terzi*;

ALBERTO MARIO FERRARI, *Note sulle privative industriale negli Stati Uniti*.

Comentários sobre decisões dos tribunais por: ALFREDO DE GREGORIO, *Impugnativa di deliberazioni assembleari di società per azioni contrarie all'interesse sociale*; RODOLFO SACCO, *Diverse procedure di opposizione a decreto di ammortamento*; MARIO CASELLA, *Sulla revoca degli amministratori nella società in accomandita semplice*; UMBERTO AZZOLINA, *In tema di manutenzione e di risoluzione della vendita nel caso di fallimento del compratore*; GIUSEPPE ROMANO-PAVONI, *Questioni in tema di costituzione di società di capitali*; e PAOLO GRECO, *L'individuazione della merce venduta e i modi stabiliti dalle parti*.

O fascículo n.º 9-10 contém:

RENÉ SAVATIER, *Alcune osservazioni sull'evoluzione del concetto di proprietà commerciale in Francia* — Comunicação do mestre francês, feita em maio de 1951, na *Association Henri Capitant*;

FRANCESCO CARNELUTTI, *Dubbi sulla clausola oro*;

GINO GORLA, *La "causa" nel pensiero dei giuristi di Common Law*;

AMEDEO GIANNINI, *La protezione universale del diritto di autore*;

GIUSEPPE ROMANO-PAVONI, *La "tipicità" delle società e le società interne*.

Notas sobre acórdãos: GIUSEPPE ROMANO-PAVOVI, *Assegno postdatato e pactum de non petendo prima di un certo termine*; RENATO CORRADO, *Osservazioni in tema di conflitto fra due acquirenti di uno stesso titolo nominativo*; PAOLO GRECO, *Vendita di beni aziendali e vendita di azienda*; RENATO CORRADO, *Decisioni arbitrali in materia di licenziamento*; EMILIO VALSECCHI, *Osservazioni in tema di pagamento contro documenti mediante apertura di credito*.

O fascículo 11-12, referente a novembro e dezembro, apresenta:

GINO GORLA, *Sulla cosiddetta causalità giuridica: "fatto danno-*

so e conseguenze” — Exame doutrinário e jurisprudencial do art. 1.223, do Cód. Civil italiano, versando detalhes de relêvo sôbre a figura jurídica do fato danoso e suas conseqüências, os respectivos critérios para a sua determinação; a culpa e o dolo; a responsabilidade objetiva e a aquiliana; relações com outros textos de lei.

PAOLO GRECO, *Se un'associazione calcistica ha diritto a risarcimento del danno aquiliano per la perdita della sua squadra avvenuta durante un trasporto aereo* — Transcrição de um parecer sôbre o caso do desastre que vitimou o esquadrão futebolístico do Torino, ainda em andamento na Côrte de Apelação de Torino.

ALBERTO MÁRIO FERRARI, *Note sulle privative industriali negli Stati Uniti. II — Il problema della brevettabilità nella “patent law” nordamericana;*

LEOPOLDO PICCARDI, *Sulla figura e sulle funzione degli agenti di câmbio.*

Crítica jurisprudencial:

ERNESTO BATTAGLINI, *Sequestro conservativo penale e versamenti in clearing;*

NICOLA JAEDER, *Mandato generale e mandati speciali;*

ÂNGELO DE MARTINI, *Decorrenza degli effetti della sentenza dichiarativa di fallimento e del termine per l'opposizione alla medesima;*

DOMENICO R. PERETTI-GRIVA, *Su un caso di responsabilità del vettore di persone.*

IMPrensa OFICIAL
Belo Horizonte — 1952